

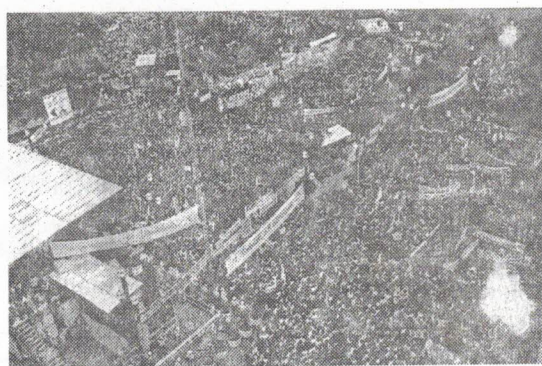


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - ESPECIAL - MAIO DE 2004 - R\$ 1,00

Recuperar o 1º de Maio Operário



A burocracia sindical transformou o dia de luta num dia de festa e assistencialismo. É preciso recuperar a tradição de luta operária e camponesa e impulsionar o combate das massas pelas reivindicações



Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

(divisão de todo o trabalho disponível entre os que possam trabalhar)

Unir empregados e desempregados numa só luta!

**Organizar a luta antiimperialista e anticapitalista
Combater o governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais**

Reproduzimos abaixo o manifesto do POR ao 1º de Maio

Enfrentar a fome e a miséria com luta

O desemprego, a miséria e a fome esmagam a vida de milhões de trabalhadores. Atingem violentamente a juventude. A maioria das famílias operárias, camponesas e boa parte da classe média sofrem o choque do desemprego e do rebaixamento salarial. O salário mínimo impõe a pobreza absoluta a milhões de assalariados e aposentados. É nessa situação que a maioria oprimida sobrevive assaltada pelas doenças, pela criminalidade e pela mutilação físico e mental prematura de crianças e jovens.

Essa barbárie não é de hoje. Mas se agravou e se agrava, sob a economia capitalista em decomposição e sob a política dos governos burgueses de ataques sistemáticos às condições elementares de existência dos explorados. Os assalariados são golpeados com as demissões em massa, têm seus salários minguados, seus direitos trabalhistas destruídos e suportam um salário mínimo que mal dá para uma pessoa comer. Os camponeses são arrancados de seu pedaço de terra, não encontram trabalho e agigantam a massa de miseráveis do país. O futuro das novas gerações é o da decomposição social.

Ressalta à vista que se trata da barbárie capitalista. Não há como esconder a lei econômica de exploração do trabalho e acumulação de capital como responsável pela miséria da maioria. Não há como esconder que a política da classe burguesa atua em favor da acumulação de capital aumentando a exploração e desprotegendo o quanto pode a vida dos trabalhadores, que não têm outra fonte de riqueza senão sua força de trabalho.

Os pobres foram arrastados pela ilusão de que um governo do PT/Lula viria para ajudá-los. E os petistas sabiam que os trabalhadores estavam cansados das



Um trabalhador chegou a atear fogo no próprio corpo por causa do desemprego

promessas dos partidos e governos burgueses anteriores. E sabiam, também, o que era mais necessário para a população. Lula prometeu 10 milhões de empregos, 3 refeições ao dia a todos os brasileiros, salário mínimo dobrado e reforma agrária. Mentiram descaradamente.

Nenhum governo que assume o Estado capitalista pode governar contra a burguesia e a favor dos explorados. Não pode contrariar a lei de exploração do trabalho e acumulação de capital. E não pode fazer reformas no capitalismo em favor dos explorados porque esse sistema econômico está mergulhado numa crise que não é passageira. É uma crise histórica.

Está aí por que nem bem o PT/Lula pôs os pés no poder do Estado se submeteu ao grande capital e se comprometeu a assegurar o direito de propriedade capitalista dos meios de produção contra qualquer ameaça por parte dos trabalhadores. Ajoelhou diante dos acordos de saque imperialista imposto pelos banqueiros internacionais. Prosseguiu com as reformas de sangria das riquezas nacionais e de destruição de conquistas sociais.

A quem devemos responsabilizar por esse governo que traiu a confiança dos trabalhadores que depositaram suas ilusões numa "nova alternativa"? A todas as Correntes que compõem o PT, as

que ajudaram com o voto no Lula, à direção da CUT, dos sindicatos, as direções dos movimentos, que não denunciaram as mentiras eleitoreiras do PT/Lula. Não acusamos os sindicatos e movimentos, acusamos a política reformista de suas direções.

Essa denúncia o Partido Operário Revolucionário (POR) já tinha feito

muito antes do PT chegar ao poder. Assim como chamamos os trabalhadores a não confiarem em nenhum dos partidos da burguesia e a não se submeterem às ilusões do eleitoralismo.

Será com a revolta e a organização própria contra a burguesia e seu regime econômico capitalista que os explorados se constituirão em força política capaz de *enfrentar a fome e a miséria*. É claro que temos de pôr em pé o partido da revolução proletária, do programa estratégico da aliança operária e camponesa, da tomada do poder do Estado pela via insurrecional e constituição de um governo operário e camponês que expresse o poder da classe operária (ditadura do proletariado) contra a velha classe capitalista.

Um 1º de maio festivo, que esconde quem é o governo PT/Lula, que o apóia direta ou indiretamente, que faz demagogia opositora e que é eleitoralista, é um instrumento da política burguesa. Ajuda a classe capitalista a manter os trabalhadores amordaçados, inconscientes e submetidos à exploração. O 1º de maio festivo, chamado pela CUT de "cidadão", é contra os trabalhadores. Reflete a traição diária praticada pelas lideranças sindicais corrompidas, que fazem das reivindicações de emprego e salário bandeiras vazias, que servem para discursos de politiquês e burocratas sindicais.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO



Nós trabalhadores e lutadores necessitamos das manifestações coletivas para pôr nas ruas o programa operário contra o desemprego, a fome e a miséria; contra a exploração capitalista do trabalho; pela derrota do imperialismo e pela revolução socialista.

Se queremos ser fiéis ao 1º de maio de 1886, em que operários foram assassinados, em Chicago (Estados Unidos), pela polícia dos capitalistas, porque reivindicavam redução da jornada de trabalho, temos de tomar em nossas mãos as reivindicações que contraponham os trabalhadores ao governo patronal, à burguesia e seus partidos.

Companheiros trabalhadores e juventude oprimida,

Temos nossos meios, nossa política e nossas bandeiras próprias para enfrentar o desemprego, a fome e a miséria. Podemos organizar a greve e ganhar as ruas para exigir do governo que cumpra suas promessas de emprego, reforma agrária e fim da fome. Podemos defender medidas que de fato combatem o desemprego e a miséria. Lutemos:

Contra o desemprego: implantar a escala móvel das horas de trabalho, que é a divisão das horas nacionais de trabalho pelo número de trabalhadores empregados e desempregados. Que não haja nenhum assalariado sem carteira assinada e com todos os direitos trabalhistas assegurados.

Contra a pobreza e a fome: reposição das perdas salariais, salário mínimo real calculado pelas assembléias, escala móvel de reajuste.

Contra a expulsão dos camponeses: fim dos latifúndios, expropriação sem indenização, entrega das terras aos camponeses pobres e controle operário sobre a agro-indústria.

Fim da violência sobre a juventude:



O desemprego aumenta a cada dia e, com ele, a miséria

Emprego aos jovens, jornada máxima de 4 horas e escola gratuita em todos os níveis.

Em defesa dos direitos sociais, trabalhistas e políticos: revogação das reformas neoliberais, fim das medidas de flexibilização do trabalho, da terceirização e de toda legislação repressiva ao movimento dos trabalhadores.

Contra a opressão imperialista: Não pagamento da dívida externa, fim dos acordos de saque do país e rompimento com toda diretriz econômico-financeira ditada pelo PMI/Banco Mundial.

Contra o intervencionismo econô-



É preciso retomar a luta pelas reivindicações

mico e militar das potências sobre as semicolônias: Não à Alca, expulsão dos Estados Unidos e aliados do Iraque, Afeganistão, Haiti etc.

Em defesa da autodeterminação dos povos: fim de toda forma de dominação de um povo sobre o outro e direito à pátria aos palestinos, curdos, chechenos etc.

Pela emancipação do continente latino-americano da opressão imperialista: Defesa da unidade latino-americana sob a estratégia dos Estados Unidos Socialista da América

Latina.

Companheiros trabalhadores e juventude oprimida,

Não há outro caminho e meio para vencer a fome e a miséria senão a revolução proletária. Para essa grande transformação é preciso o Partido Revolucionário. Revolucionário porque organiza os trabalhadores sob o programa socialista da classe operária.

O Partido que destruirá o capitalismo e com ele todas as conseqüências que esmagam a vida dos explorados só será construído com luta e confrontação com todas as forças que sustentam o capitalismo. Essa é uma tarefa que não se limita aos marcos do Brasil.

O Partido Revolucionário é internacionalista, por isso será construído como uma seção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Logo seu programa é internacionalista. Internacionalismo que materializará no trabalho de reconstrução da IV Internacional, que tem como guia o Programa de Transição, elaborado por León Trotsky em contraposição à destruição da III Internacional por Stalin.

Não se pode defender com seriedade a bandeira de fim do desemprego, da fome e da miséria sem ter como arma o programa da revolução e ditadura proletárias.

Abaixo o 1º de maio burguês e festivo

Viva o 1 de Maio revolucionário, operário e camponês

Recuperar o 1º de Maio operário

O 1º de Maio foi transformado em festividade e palanque para a burocracia sindical fazer discursos.

Em 2002, o PT e seu candidato Lula, rodeado de sindicalistas, fizeram do 1º de Maio um comício de promessas eleitorais. Inflamado, Lula encheu os pulmões para dizer que voltaria no 1º de Maio seguinte como Presidente da República e mostraria que cumpria sua palavra de geração de 10 milhões de emprego, três refeições ao dia a todo brasileiro, reforma agrária e salário mínimo duplicado. Emocionado, quase com lágrimas nos olhos, lamentou a violência que envolve a juventude e o sofrimento das famílias com a mortandade de seus filhos. Não se conformava com o desemprego e a impossibilidade de estudos. Jurou resolver o problema, começando com o programa 'Primeiro Emprego'.

Fez questão de recontar sua história de pobreza e sofrimento, como quem viveu na pele a fome, para concluir que a classe operária chegaria ao poder elegendando-o Presidente. E que ninguém ousaria duvidar da capacidade dos trabalhadores desse País. Lula falou com a convicção dos números das pesquisas eleitorais. Os petistas puxaram o coro 'Lula Lá', acompanhados pela massa operária, que seguia as festividades de campanha eleitoral. A juventude do PCdoB, com sua barraca de propaganda eleitoral, espalhava entusiasmo em torno de Lula para Presidente.

O Partido Operário Revolucionário, na contra-corrente, fazia campanha contra as mentiras burguesas do PT, da CUT e seus partidos aliados (PCdoB, PDT, PSB) - todos empoleirados no grandioso palanque, que mais parecia uma fortaleza. Esse 1º de Maio ocorria em São Bernardo.

Do outro lado da Grande São Paulo, ocorria o megashow comandado pela Força Sindical. Milhares de trabalhadores aguardavam o sorteio de eletrodoméstico, carros e apartamentos, num valor que assombrava e estimulava esperanças da casa própria, do carro, da televisão nova. Artistas populares, desses que têm a voz de ouro, completavam a atração do 1º de Maio da Força Sindical. Nesse palanque, predominava a cam-

panha eleitoral dos demais partidos patronais.

Esse é o retrato do 1º de Maio da burocracia sindical, do PT, PCdoB, PSB etc, corrompidos até a medula pela política burguesa e submetidos ao Estado.

Essa casta de politiquinhos, criada pelo capitalismo em decomposição e montada no dinheiro dos sindicatos, - parte deles riquíssimos - usa a situação de desemprego, pobreza e carências dos explorados para atraí-los ao 'pão e circo' do 1º de Maio festivo, gelatinoso e cheiroso de churrasquinho domingueiro. É o que a burocracia chama de festa popular, conveniente aos seus objetivos de chefetes sindicais e colaboradores com os interesses da classe capitalista.

Somente sua ganção é que fala. Não pode ter uma só voz contra a política pró-burguesa, que elimina a democracia operária, que estatiza a CUT e sindicatos, que arregimenta a classe operária para o eleitoralismo, que pratica o corporativismo, que alimenta o conservadorismo entre os operários, que faz das rezas e superstição os meios de libertação da fome e do desespero dos oprimidos.

Durante o ano inteiro, os sindicatos ficam amordaçados frente aos ataques dos exploradores aos explorados. Só levantam suas vozes para apoiar uma ou outra fração capitalista que briga no governo e com o governo em torno de seus lucros e prejuízos. Participam com empenho nas negociações interburguesas, que ocorrem no parlamento. Atuam nos organismos do Estado para viabilizar as reformas patrocinadas pelo governo e contra as necessidades mais elementares das massas. Arrastam suas asas por detrás de medidas e reformas ditadas pelo imperialismo, como opositores que querem melhorá-las em favor do capital nacional. Frequentam as festividades da burguesia e servem a elas para ficarem próximos ao poder. Servem a grupos econômicos com suas imagens de sindicalistas civilizados, como operários cultos e bem apossados.

É essa burocracia que considera que os operários não se interessam por política revolucionária, que conclui que não querem lutar com medo de perder o em-

prego, que não vêm ao 1º de Maio para combater o capitalismo. É essa casta, que come nas mãos dos patrões e que muitas vezes sequer limpa os beiços para esconder dos famintos de onde vem sua saúde de ferro, que espalha que a vida não é só de tristeza, para fazer do 1º de Maio um sarau politiquinho e afastar os trabalhadores do caminho da luta.

Enquanto se morre de fome, a polícia assassina centenas de jovens, camponeses sem-terra enfrentam jagunços, índios e garimpeiros se matam, milhões de aposentados se privam do elementar da sobrevivência, enquanto isso a burocracia sindical aspira se tornar deputados, vereadores, prefeitos, que ganham uma fortuna e encontram melhores condições para roubar. É esse tipo de dirigente que usa os sindicatos e a classe operária para entrar no tráfico de influência da política burguesa; que se enfia nas instituições da burguesia com a etiqueta de representantes dos explorados. Participa dos fóruns, dos conselhos, das comissões, dos congressos dos capitalistas e seus partidos para conceber um novo sindicalismo: o sindicalismo cidadão, o de resultado, o propositivo, o de prestação de serviço. Diz que o sindicalismo de reivindicação, de greve, de campanhas salariais unificadas, de confronto com o patronato, de luta de classe, de unidade contra o governo, de denúncia do parlamento burguês é coisa do passado.

É com o controle burguês dos sindicatos que o patronato e seu governo podem impor um salário mínimo de 240 Reais a mais de 20 milhões de seres, metade da força de trabalho não tem carteira assinada, continua a prática do trabalho escravo, milhões de jovens estão excluídos da escola, enfim, é com esse controle que a burguesia evita um levante das massas e pode exercer seu domínio de classe, manter em funcionamento seu parlamento, praticar todo tipo de fraude e ajudar o imperialismo a saquear o País.

É com esse controle que se destacou na política burguesa o ex-metalúrgico Lula e potenciou o PT como partido eleitoral.

O 1º de Maio festivo, artificial, produzido com muito dinheiro e baboso é

reflexo desse domínio burocrático-burguês dos sindicatos e da CUT.

A bandeira de recuperar o 1º de Maio operário, classista e revolucionário é parte da luta por derrotar a burocracia pelega e varrer a política do reformismo e do direitoismo pró-capitalista das organizações operárias e dos movimentos camponês e popular.

Memória revolucionária do 1º de Maio



A burguesia sempre tratou o movimento operário e sindical com a violência do Estado e da capangagem própria.

Os disparos da polícia contra os grevistas, na fábrica McComick Harvester, em 3 de maio, em um bairro de Chicago (EUA), para conter o movimento que nasceu no 1º de maio de 1886, é um dos exemplos de como os capitalistas encararam a luta de classe e como mantêm seu domínio a custa da miséria dos explorados. Mas os acontecimentos de Chicago serviram para se marcar o 1º de Maio como do dia dos trabalhadores.

A bandeira empunhada pelo proletariado norte-americano era a mesma que a dos franceses, ingleses, alemães: redução da jornada. Só assim, os trabalhadores poderiam ter algum respiro.

O movimento operário, na França, exigia da burguesia - 'Oito horas de trabalho! Oito horas de repouso! Oito horas de lazer e educação!'

Em maio de 1886, os principais centros fabris dos Estados Unidos são tomados por manifestações. Chicago pára no dia 1º e as passeatas convergem para a Praça Haymarket, sob a bandeira de oito horas. Na segunda-feira, dia 3, o governo dá ultimato aos trabalhadores pelo fim do movimento e volta ao trabalho. Não atendido, respondeu com o fusilamento na McComick Harvester, seis grevistas tombaram.

No dia seguinte, os trabalhadores voltam a se manifestar na Praça Haymarket. Uma bomba caseira explode contra as forças policiais, que reprimiam o movimento de protesto. Em resposta, nova fusilaria, 80 trabalhadores são aba-

tidos. Oito sindicalistas são presos e acusados do atentado, sem que nada fosse provado.

Em 21 de junho, tem lugar o julgamento. Cinco foram condenados à morte.

11 de novembro de 1887, quatro são enforcados, um se suicidou antes, deixando uma carta que inocentava os companheiros.

Como dissemos, os acontecimentos de Chicago não inauguraram a violência burguesa, com prisões, processos e assassinatos de operários. Na Inglaterra já se conhecia a pena de morte, muito antes. Os operários ingleses arrancam do patronato a jornada de 12 horas para adolescentes, que trabalhavam 16 horas. Para isso, em 1819, tiveram de perder vidas diante dos canhões, em Manchester.

Inúmeros embates, se seguiram a essa data no continente europeu. Mas em 1871, o movimento revolucionário da classe operária, na França, atinge o ponto mais alto, implantando a Comuna de Paris. A burguesia cometeu o maior massacre do século XIX contra o proletariado - 30 mil mortos. Desta vez, na forma aberta de guerra civil, para reconquistar seu poder e restabelecer sua ditadura da classe capitalista.

Nesse confronto histórico, ficou clara a capacidade da classe operária de superar o movimento de reformas no interior do capitalismo e tomar o poder. Sobre tudo ficou totalmente evidenciada a necessidade dos explorados implantar, por via revolucionária, seu poder e edificar transitoriamente a ditadura do proletariado, estratégia fundamental do progra-

ma de emancipação comunista e fim da sociedade de classe.

O 1º de maio de Chicago é parte dessa trajetória da luta de classe. Mas foi só em maio de 1890 que se consagrou como dia do trabalhador. Não foi para fazer festas ou lamentar o sangue derramado.

A II Internacional Socialista, antes de sua degenerescência em 1914, marcou o Primeiro de Maio de 1890 como um momento de mobilização

mundial por 8 horas, contra a exploração do trabalho infantil e melhoria de vida dos assalariados. Estava cravado no coração do capitalismo o Dia Internacional dos trabalhadores - o 1º de Maio.

Os trabalhadores brasileiros passaram a se manifestar nesse dia em 1895. Mas foi no primeiro de maio de 1907 que ganhou expressão política de classe, quando o governo proíbe a manifestação, receando que servisse de canal de massa para o descontentamento dos operários com os baixos salários e a brutal jornada de trabalho. De nada adiantou a proibição. Em 4 de maio, explode uma onda grevista, envolvendo várias categorias proletárias. Depois de um mês de greve, que resistiu à repressão, o Estado atende a reivindicação democrática de reconhecimento dos sindicatos e associações.

Esse acontecimento mostra como o Primeiro de Maio foi rechaçado pelo Estado por representar um canal de combate dos explorados.

Os principais acontecimentos do dia 1º de Maio têm de ser recordados e estudada a rica história do movimento operário internacional não para ilustrar a memória escolástica ou para preencher os folhetos que a burocracia da CUT confecciona, mascarando sua política burguesa. Servem-nos para combater a caricatura do 1º de Maio festivo pequeno burguês e burguês. Servem-nos de ensinamento para defender os princípios e o programa da classe operária. Serve-nos para construir o Partido Operário Revolucionário, ligado viceralmente à história da luta de classe.

O que o capitalismo oferece às crianças e jovens da maioria oprimida

São mais de 300 mil crianças e adolescentes, entre 10 a 17 anos, trabalhando nas ruas dos grandes centros urbanos. São flanelinhas e vendedores de doces e outras bugigangas. A legislação burguesa estipula a idade mínima para o trabalho, que é de 16 anos. Mas a miséria da família trabalhadora fala mais alto e empurra desde cedo as crianças às ruas.

A exploração do trabalho infantil não se resume a 300 mil crianças. De um total de 43,5 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 a 17 anos, 5,4 milhões já trabalham, boa parte na agricultura e sem nenhuma remuneração. Mais grave: metade desses que trabalham ajuda com 10% a 30% para manter sua casa e 5% delas são verdadeiros arrimos de famílias, com a participação de 90% no rendimento familiar.

Os reformistas que discursam tanto sobre a "inclusão social" não alteraram essa situação. Mantiveram o bolsa-família, bolsa-escola, salário família e criaram o Fome Zero. O assistencialismo não passa de esmola e mesmo que multiplicasse 20 vezes o seu valor em dinheiro, a pobreza e a fome permaneceriam.

O sistema econômico baseado na exploração do trabalho, na sua fase de desagregação, não permite reformas sociais em benefício da maioria miserável. Ao contrário, a cada ano, crescem o desemprego, os baixos salários e as desigualdades sociais. E mais crianças e adolescentes são escravizadas pela exploração do trabalho.

Defender as crianças e a juventude da exploração do trabalho

A exploração do trabalho infantil não é de hoje. Desde a origem do capitalismo, as crianças eram escravizadas com o trabalho fabril e impedidas de frequentarem as escolas.

O marxismo científico foi obrigado a se posicionar sobre esse problema social. Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848, dizem que é preciso eliminar a exploração das crianças nas fábricas, jornadas incompatíveis com o desenvolvimento físico-mental, mas não devia afastar os jovens do trabalho. Porém, o trabalho como parte do próprio desenvolvimento das capacidades físico e mentais do ser humano. E o proletariado teria de tomar em suas mãos a defesa das leis de proteção do trabalho e reivindicar a combinação do trabalho com a escola. Daí a colocação: "Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é



A violência da desintegração do capitalismo é descarregada sobre a juventude

praticado hoje; regime de educação combinada com a produção material".

Os demagogos reformistas acusam os marxistas de querer manter o trabalho infantil. Deformam e combatem três princípios básicos: a educação deve ser pública e gratuita; é preciso eliminar a exploração das crianças nas fábricas e a educação deve estar vinculada à produção social. O mais grave é que querem fazer do capitalismo um sistema menos escravizador, quando este se torna cada vez mais

violento sobre a maioria trabalhadora e seus filhos.

Ao contrário, luta contra a exploração do trabalho infantil parte do programa operário, que tem como estratégia a revolução social para extirpar o capitalismo e impor uma nova sociedade, a socialista.

Aumentam os assassinatos de jovens

O desemprego, pobreza, mutilação da família, falta de vagas nas escolas, o ensino descolado da vida real e uso de todo tipo de drogas têm contribuído para a mortandade da juventude. Os assassinatos, embora atinjam outras camadas sociais e regiões do país, concentram-se no homem de 15 a 24 anos e nas periferias das grandes cidades. Os homicídios com armas de fogo se tornaram a principal causa de morte da juventude, mais do que acidentes de trânsito. Há um dado estarrecedor: A pesquisa do IBGE sobre expectativa de vida, em 2003, indica que nascem mais homens do que mulheres, mas a possibilidade de um homem de 20 a 24 anos não completar 25 anos é quatro vezes maior do que entre as mulheres. Isso em função da violência.

A violência policial sobre a juventude é muito grande. Grupos inteiros de jovens são executados pela força dos policiais, que ficam impunes diante dos crimes.

A maioria dos jovens está fora da escola

Dos 35 milhões de alunos que iniciam o ensino fundamental (1ª série) somente 9 milhões estão matriculados no ensino médio e pouco mais de 2 milhões vão às universidades.

A maioria dos jovens permanece fora da escola. Uma parte está empregada e a jornada de trabalho é incompatível com os estudos; uns não conseguem vagas nas escolas públicas e outros tantos são eliminados pelos vestibulares.

As reivindicações de ensino público-gratuito em todos os níveis, estatização de todo o sistema de ensino e seu controle pelos trabalhadores e fim de todas as formas de seleção, Enem, Saeb, Saesp etc e vestibulares permitem o acesso das crianças, jovens e adultos à educação.

Plataforma de luta da juventude

- Nenhum jovem fora da produção social
- Jornada de 4 horas no trabalho e o restante na escola
- Proibição do trabalho noturno para os jovens
- Proibição do trabalho incompatível com o desenvolvimento

A indústria alimentícia vem indicando a queda nas vendas. No ano de 2003 e nesse início de 2004, o setor de alimentos opera com uma ociosidade de mais de 30% de sua capacidade. Os dados indicam que a quantidade de alimentos que foi vendida sofreu redução de 3,4% no ano passado em relação ao anterior.

A população deixou de comprar não unicamente produtos como queijo, refrigerantes e bolachas, mas sobretudo o arroz, feijão e carne. Além de comprar menos, a maioria trabalhadora reduziu a comida básica. Não é para menos. O cálculo do Dieese aponta que uma cesta básica custa R\$209,00, quase o valor total do salário mínimo. Se milhões de aposentados e assalariados vivem com menos de um a um salário mínimo, não resta outra saída senão cortar o arroz e o feijão.

Um país com capacidade industrial instalada para produzir e abastecer todo o mercado interno se vê na condição de reduzir e quebrar parte desse setor, porque a cada ano aumenta o número de pessoas que já não podem sequer comprar a cesta básica. São 58 milhões de famintos, entre eles 25,2 milhões não têm como comprar a comida.

Aumenta a concentração de riqueza

Nos últimos anos, a concentração de riqueza nas mãos de uma ultra-minoria tem crescido. O fato é que os 10% mais ricos possuem renda média 45% vezes maior que a dos 10% mais pobres.

A aplicação das medidas neoliberais, nesses dez últimos anos, ampliou a distância entre a minoria rica e a maioria miserável. O crescimento do desemprego, o arrocho salarial, o salário mínimo de fome, a elevação das tarifas públicas etc, que são conseqüências de tais medidas, possibilitou o aumento da concentração de riqueza num pólo minoritário e a expansão da miséria para vastas camadas da população.

Cai a renda média dos salários

Os trabalhadores que têm emprego sofreram esmagamento salarial. Caiu a renda média dos assalariados com carteira assinada. Isso se deve a três razões fundamentais: os patrões não concedem reajustes de acordo com a inflação; o funcionalismo público há quase uma década não tem correção salarial e aqueles que estão desempregados sujeitam-se a salários inferiores

físico e mental

- Fim dos vestibulares e outras formas de seleção
- Estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos operários e estudantes
- Passe-livre nos transportes para a juventude e desempregados
- Salário compatível com as necessidades
- Que nenhuma família ganhe menos do que um salário mínimo que atenda as reais necessidades, calculado pelas assembleias operárias e populares.
- Que não haja nenhum pai/mãe desempregado
- Acesso à escola pública em todos os níveis e vinculada à produção social

ao piso profissional.

Se fossemos levar em conta os 78 milhões de força de trabalho, sendo que a maioria se encontra no setor informal, sem nenhuma proteção da legislação trabalhista, o rendimento seria mais baixo ainda, porque se trata do setor com os salários mais reduzidos.

Salário mínimo é o decreto da fome

O salário mínimo é o valor da força de trabalho de 44,7% dos trabalhadores do Nordeste; 34% na região Norte; 25,4%, no Centro-Oeste; 19%, no Sudeste e 17,8%, no Sul do Brasil. Como se vê, são milhões de brasileiros que vivem o desespero da fome.

Para a defesa da vida dos trabalhadores e aposentados, não há outro recurso senão a luta pelo salário mínimo real. Ou seja, um salário que dê para uma família de 4 pessoas comprar a cesta-básica, pagar o aluguel, as tarifas de água e luz, o transporte, adquirir remédios e manter os filhos na escola.

Qualquer proposta que mantém o salário de fome, para poder preservar a economia burguesa, significa condenar milhões de brasileiros à miséria.

QUEM GANHA MÍNIMO NO BRASIL

Pessoas com rendimento até um salário mínimo



Desemprego mutila os trabalhadores

O crescimento do desemprego é a maior violência contra a maioria oprimida. Os capitalistas retiraram o único bem que possui os trabalhadores, que é a força de trabalho. Fazem cres-

cer o exército de desempregados e alimentam a concorrência individual entre empregados e desempregados.

A existência de mais de 20% de desempregados nas grandes capitais e a continuidade de destruição de mais postos de trabalho são conseqüências das medidas de ataque impostas pelos governos.

A economia brasileira não dá sinais de crescimento significativos. O aumento das exportações no setor agrícola não permitiu a elevação do número do proletariado rural. As empresas de agro-exportação operam com baixa mão de obra e com recursos tecnológicos. Não por acaso, tem avolumado a quantidade de camponeses sem terra e trabalhadores rurais desempregados.

O desemprego atinge em cheio os jovens de 14 a 24 anos. É a faixa etária que é mais demitida, 34%. Além de uma boa parte da juventude não ter acesso ao mercado de trabalho.

Em função das medidas neoliberais e de novas tecnologias, 10 milhões e 760 mil postos de trabalho foram eliminados, no período de 1990 a 2001. De 1990 a 1996, a produtividade na indústria aumentou em 35% e a força de trabalho caiu de 24% para 19%.

Violência no campo

Os camponeses sem terra travam a luta contra os latifundiários, suas milícias armadas e a repressão policial. Só no ano passado, foram assassinados 73 camponeses e centenas presos e perseguidos.

A retomada das ocupações de terra exige a reforma agrária. O governo PT/Lula não cumpre o que prometeu aos sem-terra. A luta pela terra tende a se agravar e seu fortalecimento implica independizar o movimento social do reformismo e de toda e qualquer variante da política burguesa.

Os trabalhadores têm reagido à exploração

Nesses últimos meses, têm crescido a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, salário, emprego, moradia e terra.

Por um Primeiro de Maio contra o governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais

O governo do PT/Lula foi constituído com o aval do imperialismo (após o compromisso em cumprir todos os acordos internacionais) e em aliança com as frações capitalistas internas (após se comprometer em aplicar a política neoliberal de reformas, proteger a propriedade latifundiária, os interesses capitalistas em relação ao orçamento estatal e a preservação da política econô-

mica). Veio como elemento de reunificação dessas diversas frações burguesas, que estavam num processo de crescente divisão ao final do governo FHC. Ou seja, foi constituído para ser um governo de unidade nacional das frações capitalistas com as lideranças sindicais, que hipotecaram seu apoio e participação. Esse caráter do governo já estava determinado durante a campa-

Depois da trégua dada ao governo Lula, o MST, no chamado "abril vermelho", já ocupou próximo de 100 fazendas, exigindo que cumpra a promessa de reforma agrária. O que amplia o choque no campo entre latifundiários e camponeses sem terra.

Os milhares de sem-teto em São Paulo ganharam as ruas e ocupam prédios e exigem moradia.

Vários setores do funcionalismo público estão em greve. São servidores do INSS, Ministério da Saúde, da Funasa, das delegacias do trabalho e das escolas técnicas.

O descontentamento, na classe operária, com o governo do PT/Lula aumentou nos últimos meses. Só não é maior porque as direções sindicais têm conseguido conter as revoltas instintivas dos trabalhadores. As greves são mantidas isoladas, as assembleias não são unificadas e as manifestações permanecem fragmentadas.

Resposta operária à situação de miséria e fome **Aliança operária e camponesa: governo operário e camponês**

O governo PT/Lula e a burguesia não têm solução para pôr fim à fome e à miséria. Estão comprometidos com os acordos e com as medidas neoliberais impostas pelos credores imperialistas.

Somente a classe operária em aliança com os camponeses pobres e setores médios arruinados poderá erradicar a pobreza e os males do capitalismo. A estratégia é a da revolução social e da implantação do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Essa é uma luta que deve iniciar com a defesa das reivindicações elementares, como emprego, salário e conquistas sociais, combinadas com a expulsão do imperialismo. E o método só pode ser o da classe operária, que é o da ação direta. Trata-se da luta de classe contra classe, no sentido de derrotar o capitalismo e impor o socialismo.

nha eleitoral, e concretizado na Carta aos Brasileiros, de abril de 2002.

Às massas, prometeu três refeições aos dia para acabar com a fome, 10 milhões de empregos e reforma agrária. Com isso, e pelo fato de ter origem no movimento sindical, criou uma grande expectativa. Mas os compromissos firmados para chegar ao poder e se ali manter determinaram que a política re-

formista de desenvolvimento nacional e distribuição de renda seria negada na prática, que as promessas às massas seriam traídas e que o governo burguês formado daria expressão às imposições do capital estrangeiro e do grande capital nacional.

A orientação econômica do governo responde precisamente a essas pressões. O capital financeiro exige que o governo esprema o país para sugar os 145 bilhões de reais anuais em juros da dívida pública. A política econômica se assenta nessa diretriz, e para isso se orienta em arrecadar o máximo imposto possível, cortar todos os gastos e investimentos públicos, arrochar funcionários, taxar aposentados etc., tudo para beneficiar o parasitismo. Mas tudo isso ainda não é suficiente. O aprofundamento das reformas iniciadas pelo governo anterior (FHC) e favorecer a superexploração do trabalho são condições de existência desse governo.

As reformas neoliberais são uma necessidade da burguesia a fim de possibilitar a preservação das taxas de lucro artificialmente. Áreas em que não era lucrativo o investimento ou que eram de responsabilidade do Estado são exigidas para mercantilização. Saúde, Educação etc. deixam de ser obrigação governa-

mental e passam a ser potenciais mercados. Garantias de proteção à sobrevivência da força de trabalho são retiradas, para favorecimento dos parasitas da dívida, dos patrões e de setores do capital. Direitos trabalhistas são atacados para favorecer a livre exploração da força de trabalho. A previdência pública é destruída e os aposentados taxados, de forma a desviar recursos para pagamento de juros e favorecer os bancos de previdência privada.

A superexploração do trabalho requer a manutenção do salário mínimo de fome. Somente assim é possível manter a lucratividade em meio à decomposição do modo de produção vigente. O capitalismo é por definição o modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado. Mas suas contradições internas vão levando à redução da taxa do lucro. Hoje, para manter algum lucro produtivo, os capitalistas têm de abocanhar parte importante dos salários, que são rebaixados ao nível da miséria total. Quando o governo do PT/Lula mantém o salário mínimo de fome, ajuda a sustentar a superexploração do trabalho e a miséria pelo país. O governo calcula seu orçamento primeiro com os gastos da dívida, depois com os cortes em investimentos necessários para reali-

zar esses gastos, depois com o fisiologismo ao redor dos projetos de parlamentares e somente depois de tudo isso é que, com as migalhas que sobram, se discute o valor do salário mínimo. Mas não se trata apenas de uma questão de prioridade. Não se altera a realidade da miséria mudando o salário mínimo de 260 para 270 reais, como defende uma ala do PT, ou ainda para 300 reais, como pede a CUT. Todas essas propostas preservam a superexploração do trabalho e o governo é agente disso. E a política econômica vigente não apenas não gera emprego como aumenta o desemprego pela recessão e aplicação da desregulamentação das relações trabalhistas.

O maior crime das direções do movimento é não se colocarem em defesa das reivindicações das massas contra as reformas neoliberais do governo e em defesa da vida e trabalho. Ao seguirem as frações burguesas que se degladiam nos marcos da política econômica governamental, anulam as organizações de massa para a luta e ajudam a aplicar as reformas e essa mesma política de fome e miséria.

A real independência de classe depende de não apoiar esse governo e desenvolver a defesa radical das reivindicações das massas que se chocam contra sua política e suas reformas neoliberais.

Por um Primeiro de Maio contra o intervencionismo imperialista e em defesa da autodeterminação dos povos

A resistência iraquiana contra a ocupação militar do país pelos Estados Unidos e o agravamento dos conflitos na Palestina são expressões particulares da rebelião das nacionalidades oprimidas contra a opressão imperialista em todo o mundo.

O imperialismo tem realizado uma ofensiva intervencionista econômica e militar em todo o mundo. Pretende obter controle absoluto das fontes de matéria prima e dos mercados. As forças do grande capital internacional se movem pela necessidade de responder ao processo de desintegração do modo de produção capitalista pelo caminho do aumento da opressão nacional e social

em toda parte.

A impossibilidade de sustentar as taxas de lucro, a permanência das tendências recessivas crônicas manifestas na superprodução, a convulsividade do mercado financeiro, o crescimento e poderio das frações capitalistas marginais vinculadas ao narcotráfico, contrabando e outros negócios escusos, tudo isso impõe ao capital a via do intervencionismo para aprofundamento da linha neoliberal.

De um lado, o imperialismo pressiona para impor a penetração de suas mercadorias e serviços aos países atrasados, enquanto preserva e acentua o protecionismo em seu próprio país. Ao mesmo

tempo, pretende impor a desregulamentação das relações trabalhistas, as privatizações e desresponsabilização do Estado para com os serviços sociais. A criação da Alca expressa essa tendência.

De outro, intervém militarmente para assegurar o controle sobre as fontes de matéria-prima, em especial o petróleo, estratégica pelo seu papel na geração de energia e transporte e pelo seu peso na composição das negociações nos mercados de valores. A ofensiva intervencionista no Afeganistão e Iraque são parte dessa política. Mas ela também se manifesta onde as pressões pelo intervencionismo econômico não são totalmente eficazes, como no caso da Bolívia,

Colômbia e Venezuela.

A resposta às pressões imperialistas é dada pelas massas em condições difíceis. Não há um partido mundial revolucionário estruturado, as direções dominantes nos movimentos são burguesas ou estão comprometidas com o capitalismo e assim as lutas de resistência permanecem assim limitadas pela fragmentação e pela submissão política e ideológica à classe dominante.

No Iraque e em outros países da região, a resistência à opressão nacional é dirigida pelo nacionalismo burguês. Ela se expressa em geral por meio dos atentados individuais ou de pequenos grupos bem treinados. As massas, muitas vezes, apóiam essas correntes nacionalistas, portanto não atuam com independência de classe. Desarmadas e sem o partido revolucionário, não conseguem realizar plenamente a luta antiimperialista e anticapitalista.

Os atentados terroristas são expressão do nacionalismo burguês em nações que se insurgem em condições militares extremamente desiguais. Não são e não serão capazes de derrotar o imperialismo, tarefa que só pode ser realizada pelas massas armadas e organizadas com independência de classe. Rejeitamos o uso do terrorismo individual por ser desvinculado das ações das massas e por não ser capaz de derrotar o imperialismo, não importa quantas são suas vítimas ou a repercussão desses atentados. Mas não fazemos coro com o imperialismo que condena os atentados e os grupos terroristas, cantarolando a hipocrisia assentada nos corpos das vítimas de seus países enquanto as vítimas dos países oprimidos são tratadas como meras estatísticas.

O capitalismo obriga os povos a se armarem uns contra os outros, dada a opressão nacional. Mas o imperialismo não quer que os povos se armem, e pressiona pelo desarmamento, a fim de facilitar a opressão nacional. Assim, não é possível a paz sem o fim do capitalismo e, com ele, da opressão social e nacional. Será o fim da opressão de classe e de povos que trará a paz. Para isso, será necessária a luta revolucionária, violenta, que depende do armamento geral das massas. Dessa forma, a bandeira de paz entre os povos só tem vigência no interior do capitalismo, e ao mesmo tempo só pode

se realizar pelo armamento geral das massas e pela violência revolucionária. Não será pela via da eleição ou das instituições apodrecidas da democracia capitalista que resolveremos o problema da opressão nacional. A demagogia dos falsos humanismos que apelam para o discurso pacifista e passivista ajudam na verdade a sustentar o capitalismo e, com ele, a violência da opressão nacional e social. Acabam portanto ajudando a descarregar a violência reacionária da burguesia internacional sobre os povos oprimidos e as massas.

Iraque: a ocupação imperialista une xiitas e sunitas para pôr fim a ela

Os levantes em cidades iraquianas contra a ocupação ianque, com as facções xiitas e sunitas unidas contra o invasor têm mostrado a raiva nativa e puseram fim a qualquer tentativa ianque de apresentar um país sob controle. Os ataques suicidas planejados por pequenos grupos deram lugar a uma ofensiva organizada e generalizada, que contou com a unidade entre os dois principais grupos populacionais do Iraque, com suas várias correntes internas: sunitas e xiitas.

A maioria xiita era mantida oprimida no governo de Saddam Hussein, que foi colocado no poder com apoio dos EUA para combater o Irã nos anos 80 e expressava a minoria sunita. O ódio à ditadura de Saddam Hussein colocou muitas de suas lideranças ao lado da ocupação ianque no ano passado. Mas o desenrolar da ocupação, com a repressão generalizada, e a rejeição dos EUA à formação de um governo xiita, que seria um provável aliado do Irã, foi deslocando as lideranças xiitas para o lado da revolta contra a ocupação.

Os ataques rebeldes têm atingido as tropas dos países que colaboram com a ocupação ianque. A captura de reféns tem permitido utilizá-los como elementos de pressão pela retirada das tropas desses países, a fim de isolar os EUA internacionalmente. Tem havido manifestações de rua nos países que apóiam a ocupação pela retirada das tropas.

O uso de armamentos em maior escala pela resistência só foi possível após os saques aos depósitos do governo de Sad-

dam e aos caminhões de apoio às tropas ocupantes. Com o armamento e suprimentos do antigo regime e das tropas de ocupação, tem sido possível a retomada de cidades e as outras medidas de resistência.

O armamento das massas vai sendo feito a partir da dura experiência com a repressão das tropas ocupantes. Muitas manifestações de rua foram feitas contra a ocupação desde a guerra do ano passado, a maioria reprimida a bala pelos soldados ianques. Somente após o uso das armas tem sido possível aos rebeldes fazer as tropas ocupantes recuarem.

A unidade entre xiitas e sunitas vai sendo construída a partir da necessidade de enfrentar os invasores. É a única opção frente ao massacre pelo inimigo muito superior militarmente.

A ausência do partido revolucionário e do partido mundial da revolução socialista faz com que as massas no Iraque tenham de caminhar com muito maior dificuldade para enfrentar a ocupação imperialista. A unidade e o armamento começam a acontecer por força dos acontecimentos, e não respondem a uma estratégia claramente antiimperialista e anticapitalista. A plena libertação do Iraque e a autodeterminação de seus povos só pode vir com a revolução proletária, que acabará também com o domínio da feudal burguesia nativa.

Palestina luta por sua independência

Os assassinatos dos chefes do grupo palestino Hamas e as ameaças de morte a Yasser Arafat por Israel mostram que está disposto a aumentar a opressão nacional sobre os palestinos. A construção do muro ao redor das regiões palestinas serve ao propósito de ampliar o controle sobre as populações palestinas, que servem de força de trabalho sobre a qual se apóia a exploração da burguesia israelense, expressão do enclave norte-americano no Oriente Médio.

Não é possível estabelecer na região um acordo de paz pelos governos burgueses, porque este só pode se construir sobre a base da preservação da opressão nacional e social. A paz na região só virá com a revolução proletária, que expulse o imperialismo e derrube as burguesias nacionais submissas e impotentes.